

Commonwealth of Massachusetts

Executive Office of Energy and Environmental Affairs

Overview of Draft Guidance for Site Suitability Assessments and Community Benefit Plans and Agreements

(Visão geral da minuta do guia para avaliações de adequação de locais e planos e acordos de benefícios comunitários)

9 de outubro de 2025



Agenda



- Organização e Agenda
- Contexto das Reformas de Localização e Licenciamento
- Visão Geral das Diretrizes sobre Planos e Acordos de Benefícios Comunitários
 - Comentários e perguntas do público
- Visão Geral das Orientações sobre Avaliações de Adequação de Locais
- Demonstração do Mapa de Critérios de Adequação de Locais e da Ferramenta MassEnviroScreen
 - Comentários e perguntas do público
- Visão Geral das Oportunidades de Engajamento Público

Comissão de Localização e Licenciamento de Infraestruturas Energéticas



- A Comissão foi criada pela <u>Executive Order 620</u> (Ordem Executiva 620)
- Responsável por aconselhar o Governador sobre:
 - acelerar a implantação responsável de infraestrutura de energia limpa por meio de reformas na localização e licenciamento de forma consistente com os requisitos legais aplicáveis e o Plano de Clima e Energia Limpa;
 - 2. facilitar a participação da comunidade na localização e licenciamento de infraestrutura de energia limpa; e
 - 3. garantir que os benefícios da transição para a energia limpa sejam compartilhados equitativamente entre todos os residentes do Commonwealth.
- Duas sessões de escuta pública foram realizadas e mais de 1.500 comentários públicos foram recebidos.
- Recomendações enviadas ao governador Healey em 29 de março de 2024.
- As recomendações da Comissão foram amplamente aprovadas como lei por meio de uma *legislação* oficial que promove uma rede de energia limpa, promovendo a equidade e protegendo os contribuintes (Lei Climática de 2024), assinada pelo governador Healey em novembro de 2024.

Permissões Consolidadas do Estado



- Todas as permissões estaduais, regionais e locais para grandes instalações de infraestrutura de energia limpa combinadas em uma permissão consolidada emitida pelo EFSB.
- Todas as agências estaduais e locais que, de outra forma, teriam uma função de licenciamento podem intervir e participar automaticamente, emitindo declarações de condições de licenciamento recomendadas.
- Todos os projetos devem enviar uma análise de impacto cumulativo como parte da solicitação ao Energy Facilities Siting Board (EFSB).
- A decisão de permissão deve ser emitida em menos de 15 meses a partir da determinação da integralidade do pedido.
- As decisões do EFSB podem ser apeladas diretamente ao Supremo Tribunal Judicial.



 Aplica-se a instalações de geração >25 MW, instalações de armazenamento >100 MWh, infraestrutura relacionada à energia eólica offshore e grandes novos projetos de transmissão





- Os governos locais (municípios e comissões regionais, como as Comissões de Cape Cod e Martha's Vineyard) mantêm todos os poderes de licenciamento para projetos não sujeitos à revisão do EFSB.
- Os governos locais podem continuar a executar processos de aprovação separados simultaneamente (por exemplo, zonas úmidas, zoneamento, etc.), mas são obrigados a emitir uma única permissão que inclua aprovações individuais para infraestrutura de energia limpa.
- A decisão sobre permissão deve ser emitida dentro de 12 meses.
- Os governos locais podem encaminhar a revisão de permissões diretamente ao EFSB se não tiverem recursos suficientes.
- As solicitações de permissão também podem ser analisados pelo EFSB após a decisão final do governo local, caso uma revisão seja solicitada por partes que possam demonstrar que foram substancial e especificamente impactadas pela decisão, e posteriormente apeladas diretamente ao Supremo Tribunal Judicial.
- O Departamento de Recursos Energéticos (DOER) é responsável por criar um sistema de solicitação de permissão municipal padrão e um conjunto uniforme de padrões básicos de saúde, segurança e meio ambiente a serem usados por tomadores de decisão locais ao conceder permissões de infraestrutura de energia limpa.



Aplica-se a instalações de geração <25 MW, instalações de armazenamento <100 MWh e projetos de transmissão e distribuição jurisdicionais não pertencentes à EFSB



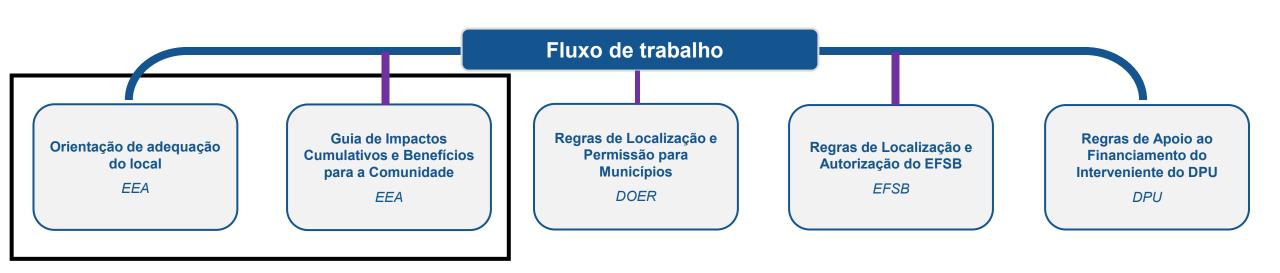


- Estabelecimento formal do Office of Environmental Justice and Equity (*Escritório de Justiça e Equidade Ambiental*) por estatuto, com o mandato específico de desenvolver diretrizes relativas a acordos de benefícios comunitários e análises de impacto cumulativo.
- Primeiros requisitos obrigatórios de engajamento comunitário, incluindo documentação dos esforços para envolver organizações comunitárias e demonstração dos esforços para desenvolver acordos de benefícios comunitários.
- Nova Divisão de Participação Pública no DPU para auxiliar comunidades e proponentes de projetos com questões de engajamento e processo em processos do DPU e do EFSB.
- Nova Divisão de Localização e Licenciamento no DOER para auxiliar comunidades e proponentes de projetos com questões de engajamento e processo em processos de permissões locais.
- O apoio financeiro de intervenientes está disponível para organizações com poucos recursos que desejam participar de um processo do EFSB e recebem o status de intervenientes. Municípios com população igual ou inferior a 7.500 habitantes são automaticamente elegíveis para apoio financeiro.





- Há cinco linhas de trabalho decorrentes do projeto de lei, administradas por três agências diferentes: EEA, DPU e DOER.
- Todas as três agências mantêm estreita comunicação entre si, e outras agências estaduais com funções significativas na concessão de permissões de energia também foram consultadas durante o desenvolvimento das propostas.
- Os regulamentos devem ser promulgados até 1º de março de 2026.
- Na primavera de 2025, as agências realizaram sessões com as partes interessadas para fornecer informações ao público sobre a implementação, receber comentários e responder a perguntas sobre inúmeras propostas preliminares. Mais informações estão disponíveis em 2024 Climate Act Stakeholder Sessions webpage.





Community Benefit Plans & Agreements (Planos e acordos de benefícios comunitários)

Executive Office of Energy and Environmental Affairs (EEA) Office of Environmental Justice and Equity (OEJE)

(Gabinete Executivo de Energia e Assuntos Ambientais (EEA)) (Gabinete de Justiça e Equidade Ambiental (OEJE))

9 de outubro de 2025



Planos e Acordos de Benefícios Comunitários

- Conforme exigido pela Lei Climática de 2024, o OEJE divulgou normas e diretrizes em 12 de setembro, que regem o uso potencial e a aplicabilidade de planos e acordos de benefícios comunitários.
- Plano de Benefícios Comunitários (CBP): Um documento não juridicamente vinculativo que descreve como um projeto envolverá e beneficiará as comunidades locais durante o desenvolvimento e a operação de uma instalação de energia.
- Acordo de Benefícios Comunitários (CBA): Um acordo negociado e juridicamente vinculativo entre o proponente de um projeto e a comunidade, geralmente representada por uma coalizão de grupos comunitários ou um órgão do governo local, que descreve os benefícios que as comunidades receberão.
- Como parte da solicitação de um projeto à autoridade licenciadora competente, o proponente pode identificar e discutir quaisquer esforços que contribuam para um plano ou acordo de benefícios comunitários.

Planos de Benefícios Comunitários vs. Acordos de Benefícios Comunitários



Embora tanto os CBPs quanto os CBAs descrevam benefícios para a comunidade, eles diferem em propósito, aplicabilidade e escopo.

Planos de Benefícios Comunitários (CBP)	Acordos de Benefícios Comunitários (CBA)
• Plano de compromissos não vinculativo	Contrato juridicamente vinculativo
Enviado com solicitação de permissão	 Negociado entre o desenvolvedor e representantes da comunidade
 Descreve os benefícios propostos 	 Obrigações executáveis
 Orienta a transparência e a responsabilização 	Fornece recurso legal em caso de violação



Benefícios para a Comunidade

- Um CBP e CBA significativos oferecem benefícios tangíveis, personalizados e responsáveis:
 - Resultados tangíveis e duradouros que atendem às prioridades da comunidade
 - Variam de acordo com o projeto; adaptados ao tamanho do projeto, às necessidades locais e aos impactos
 - Identificados precocemente por meio da colaboração com as comunidades impactadas
 - Incluem compromissos claros, cronogramas e resultados mensuráveis
 - Complementam, mas não substituem, as medidas de mitigação necessárias.
- Com esses elementos em mente, os benefícios normalmente se enquadram em quatro categorias amplas: EJ & Equity, Economic Development e Workforce Creation, Infrastructure e Community Support, e Environmental e Public Health Protections (EJ e Equidade, Desenvolvimento Econômico e Criação de Força de Trabalho, Infraestrutura e Apoio Comunitário e Proteções Ambientais e de Saúde Pública).



Categorias de Benefícios Comunitários

- 1. **EJ e Equidade:** Abordando danos históricos, reduzindo os impactos ambientais e garantindo que as comunidades mais afetadas recebam acesso prioritário a energia e benefícios ambientais, energia limpa e proteções à saúde pública.
- 2. **Desenvolvimento Econômico e Criação de Força de Trabalho:** criação de empregos bem remunerados e acessíveis para moradores locais, apoio a pequenas empresas e empresas pertencentes a minorias e construção de oportunidades econômicas de longo prazo.
- 3. **Infraestrutura e Apoio Comunitário:** investir na infraestrutura física e social que as comunidades precisam para prosperar, como moradia acessível, acesso a transporte, banda larga ou creches.
- 4. **Proteções Ambientais e de Saúde Pública:** proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente natural por meio de esforços de preservação, prevenção e controle da poluição, restauração de terras e habitats e medidas de resiliência climática.



Transformando Compromissos em Ações

Um CBP bem estruturado deve:

- Descrever claramente cada benefício proposto, incluindo o que está sendo entregue e a quem se destina.
- Fornecer um cronograma claro para a entrega, alinhado com as fases do projeto (por exemplo, pré-construção, construção, operação).
- Identificar os responsáveis pela implementação.
- Descrever as fontes de financiamento e o orçamento para cada benefício, fornecendo transparência sobre como os recursos são alocados e mantidos.
- Incluir marcos SMARTIE para cada compromisso, garantindo que as metas sejam:
 Specific // Measurable // Achievable // Relevant // Time-Bound // Inclusive // Equitable (Específicas // Mensuráveis // Alcançáveis // Relevantes // Temporais // Inclusivas // Equitativas)



Passo a Passo: Como Desenvolver um CBP Forte

Embora cada comunidade seja diferente e possa exigir necessidades diferentes, esta estrutura garante uma abordagem consistente de transparência, inclusão e responsabilização. Cada etapa deve ser flexível o suficiente para se adaptar ao contexto local, mas rigorosa o suficiente para garantir que o processo leve a benefícios reais e mensuráveis para a comunidade.

- Mapeamento de partes interessadas e identificação da comunidade
- Desenvolver um Plano de Engajamento Comunitário
- Realizar divulgação comunitária antes do protocolo

- Cocriar compromissos de benefícios
- Desenvolver um CBP público e por escrito
- Formalizar a responsabilização



Exemplos de Compromissos Eficazes e Significativos

Os compromissos assumidos dependerão do tipo e tamanho do projeto, dos impactos na comunidade e serão adaptados ao contexto dos objetivos e desafios de cada comunidade.

Categorias	Exemplos
Environmental Justice and Equity (Justiça e Equidade Ambiental)	 Fundos para a instalação de monitores de qualidade do ar e um programa de monitoramento da saúde ambiental liderado pela comunidade. Criar um elo local para manter a comunicação aberta durante a construção e a operação.
Economic Development and Workforce (Desenvolvimento Econômico e Força de Trabalho)	 Implementar programas de treinamento e aprendizagem. Contratar empreiteiros locais para construção e manutenção
Infrastructure and Community Support (Infraestrutura e Apoio Comunitário)	 Coinvestir em melhorias em estradas, calçadas ou portos necessárias para a logística do projeto, que também beneficiem a comunidade. Incorporar estações públicas de recarga para veículos elétricos, alimentadas pela instalação, oferecidas gratuitamente ou com tarifas reduzidas para moradores locais.
Environmental and Public Health Protections (Proteções Ambientais e de Saúde Pública)	 Implementar a restauração abrangente de habitats ou compensações de conservação para terras comprometidas. Fornecer recursos de projeto que reduzam o ruído em instalações próximas às residências.



Comentários do Público



Orientações sobre Avaliações de Adequação do Local

Avaliações de Adequação do Local





- Conforme exigido pela Lei Climática de 2024, em 12 de setembro, ao EEA divulgou orientações, incluindo uma metodologia para determinar a adequação de locais para infraestrutura de energia e recomendações para usar a metodologia na análise de solicitações de permissões consolidadas pelo EFSB e governos locais.
- As avaliações de adequação do local têm como objetivo:
 - Incentivar o desenvolvimento de infraestrutura energética em áreas desejáveis, incluindo áreas construídas existentes ou terras previamente desenvolvidas/de baixo valor de conservação;
 - Evitar, minimizar e mitigar impactos em terras naturais e produtivas ecologicamente importantes; e
 - Garantir que comunidades que já carregam um encargo ambiental e de saúde pública desproporcional não carreguem um encargo desproporcional de infraestrutura energética;
 - Garantir a viabilidade a longo prazo do desenvolvimento de energia solar e armazenamento na Comunidade; e
 - Apoiar a emissão de permissões estaduais e locais consolidadas, servindo como uma ferramenta de triagem para desenvolvedores e uma ferramenta que embasa a decisão final da agência licenciadora.
- Instalações de Infraestrutura de Energia Limpa que solicitarem ao EFSB ou aos municípios permissões consolidadas precisarão concluir uma Avaliação de Adequação do Local, com algumas exceções.
- Essas pontuações serão levadas em consideração pelas autoridades licenciadoras e impactarão os tipos e níveis de medidas de minimização ou mitigação ambiental necessárias para a emissão de uma permissão.





Instalações Aplicáveis

- A maioria das instalações de geração e armazenamento de energia limpa que solicitam uma permissão consolidada emitida pela EFSB ou pelo governo local.
- Todas as instalações de transmissão e distribuição que solicitam uma permissão consolidada e que estão localizadas em uma "faixa de domínio público recém-estabelecida".

Instalações Não Aplicáveis

- Todas as instalações de transmissão e distribuição que solicitarem uma permissão consolidada e que NÃO estejam localizadas em uma "faixa de domínio público recémestabelecida".
- Instalações que solicitarem uma permissão consolidada emitida pelo EFSB e que sejam obrigadas a concluir uma Análise de Impacto Cumulativo (CIA).
- Pequenas instalações de geração de energia limpa que:
 - Possuem uma área de implantação inferior a um acre.
 - São instalações solares com capacidade nominal inferior ou igual a 25 kW, ou;
- São instalações de energia solar com capacidade nominal inferior ou igual a 250 kW.

A infraestrutura linear offshore não é necessária para completar a estrutura de pontuação da Avaliação de Adequação do Local, mas deve ser considerada altamente inadequada se passar por Áreas Protegidas identificadas no Plano de Gestão Oceânica do estado.

Metodologia



- A Avaliação de Adequação do Local usa uma estrutura de pontuação que avalia certos critérios sociais e ambientais usando conjuntos de dados e ferramentas disponíveis publicamente.
- A EEA propõe calcular para cada local:
 - Pontuações de Adequação Específicas de Critérios, uma classificação quantitativa (0,0 a 5,0) da adequação de um determinado local de projeto com relação a critérios sociais, ambientais e físicos específicos (resiliência às mudanças climáticas, carbono, biodiversidade, agricultura, encargos sociais e ambientais).
 - Calculado usando métodos específicos de critérios usando a planta do projeto, dados geoespaciais e
 outras informações para refletir impactos ou exposição previstos na planta do local.
 - Modificadores de Pontuação que podem subtrair ou adicionar pontos a uma pontuação com base em características específicas do projeto que refletem critérios sociais, ambientais e físicos específicos (potencial de desenvolvimento e benefícios sociais e ambientais).
 - Uma Pontuação Total de Adequação do Local, que representa o quão adequado um local é para um determinado projeto de infraestrutura de energia em todos os critérios e modificadores de pontuação



Pontuações de Adequação Específicas de Critérios

Critérios	Resumo do Método de Pontuação	Pontos Possíveis
Climate Resilience (Resiliência Climática)	Maiores classificações de exposição para (1) inundações fluviais e (2) riscos de inundações costeiras	0 a 5
Carbon Storage and Sequestration (Armazenamento e Sequestro de Carbono)	Armazenamento total de carbono do ecossistema, mais potencial de sequestro de 50 anos.	0 a 5
Biodiversity (Biodiversidade)	Sobreposição com elementos específicos do Biomapa e Habitat Prioritário do NHESP, bem como valor de integridade ecológica	0 a 5
Agricultural Resources (Recursos Agrícolas)	Sobreposição com áreas designadas como: (i) Terras agrícolas de primeira qualidade; (ii) Terras agrícolas de importância estadual; e (iii) Terras agrícolas de importância única, com maior peso dado às áreas sob uso agrícola ativo.	0 a 5
Social and Environmental Burdens (encargos Sociais e Ambientais)	Sobreposição com pontuação MassEnviroScreen	0 a 5
Todos	Total:	0 a 25

Pontuações de adequação mais baixas (0-2) = locais mais adequados, com menor impacto/exposição; espera-se poucas medidas modestas de minimização/mitigação

Pontuações de adequação mais altas (4-5) = locais menos adequados, com maior impacto/exposição; espera-se mais medidas substanciais de minimização/mitigação



Resiliência às Mudanças Climáticas

- A resiliência às alterações climáticas será avaliada com base na exposição do local a dois riscos climáticos: (1) inundações fluviais; e (2) inundações costeiras devido à subida do nível do mar e às marés de tempestade.
- A exposição será medida usando o ResilientMass <u>Climate Resilience Design Standards Tool</u>.
- A classificação de exposição mais alta derivada da ferramenta para qualquer um dos dois perigos será usada para determinar a pontuação de adequação para resiliência às mudanças climáticas, de acordo com a tabela a seguir.

Classificação de Exposição mais Alta para riscos de inundações fluviais e/ou costeiras	Pontuação de Adequação para Resiliência às Mudanças Climáticas
Não exposto	0.0
Baixa exposição	2.0
Exposição moderada	3.5
Alta exposição	5.0



Armazenamento e Sequestro de Carbono

- O armazenamento e o sequestro de carbono serão avaliados com base em estoques estimados de carbono e projeções de 50 anos de sequestro de carbono em um local, refletindo as perdas de carbono previstas associadas à limpeza do local para uma instalação de energia.
- Quantis estaduais de carbono total do ecossistema em 2070 dos dados da <u>National Forest Carbon</u> <u>Monitoring System</u> serão usados para pontuar áreas com maior teor de carbono (florestas).
- Annual NLCD land cover data será usado para distinguir terras com níveis mais baixos de armazenamento de carbono.
- As pontuações são calculadas pela:
 - Identificação dos valores do índice de carbono do ecossistema de células de grade de 30m centradas dentro da Planta do Local; e
 - 2. Calculo da média desses valores do índice de carbono do ecossistema.

Cobertura do Solo (Anual NLCD)	Carbono Total do Ecossistema (NFCMS Total Ecosystem Carbon rm 2070)	Índice de Carbono do Ecossistema
Desenvolvido (excluindo Espaços Abertos Desenvolvidos)	Assumido como mínimo	0.0
Não desenvolvido (incluindo espaços abertos desenvolvidos)	<=200 MgCO ₂ e/acre	1.0
Não desenvolvido (incluindo espaços abertos desenvolvidos)	>200 MgCO ₂ e/acre	1.0 to 5.0, redimensionado de NFCMS <i>Total Ecosystem</i> <i>Carbon in 2070</i>





- A biodiversidade será avaliada com base em valores específicos do local de um índice de biodiversidade que integra <u>Biomap</u>, <u>NHESP Priority</u> <u>Habitat</u>, e <u>UMass CAPS Index of Ecological</u> <u>Integrity</u> (veja tabela). O índice de biodiversidade é mapeado em 30m de células de grade em todo o estado.
- As pontuações são calculadas pela:
 - Identificação dos valores do índice de biodiversidade das células da grade centralizadas dentro da Planta Ecológica do Local.
 - 2. Cálculo da média dos 25% mais altos desses valores do índice de biodiversidade.

Critérios de Biodiversidade	Índice de Biodiversidade / Pontuação de Adequação
Não em elementos/componentes do BioMap ou Habitat Prioritário	0,0 a 2,0, dimensionado para o Índice de Integridade Ecológica do CAPS
No componente Conectividade Regional do BioMap e <i>não</i> em Paisagem Natural Crítica, Habitat Central ou Habitat Prioritário	2.5
Na Paisagem Natural Crítica do BioMap e não no Habitat Principal ou Habitat Prioritário	3.5
No BioMap Core Habitat e <i>não</i> no Priority Habitat <i>(Habitat Prioritário)</i>	4.5
Em Habitat Prioritário	5.0



Recursos Agrícolas

- Os recursos agrícolas serão avaliados com base em valores específicos do local de um índice de recursos agrícolas que integra NRCS farmland soil classes for Massachusetts e uso agrícola da terra estimado a partir de Annual NLCD land cover data (veja tabela). O índice de recursos agrícolas é mapeado em células de grade em todo o estado.
- As pontuações são calculadas pela:
 - Identificação dos valores do índice de recursos agrícolas das células da grade centralizadas dentro da Planta do Local; e
 - Cálculo da média dos 50% maiores valores desses índices de recursos agrícolas.
- Instalações solares de uso duplo e digestores anaeróbicos projetados para processar resíduos orgânicos relacionados à fazenda receberão automaticamente um 0, independentemente do índice de recursos agrícolas.

Classe de Solos Agrícolas	Cobertura do Solo (Annual NLCD)	Adricolas / Pontuacao	
Qualquer	Desenvolvido	0.0	
Nenhuma	Outros Subdesenvolvidos	0.0	
Terras agrícolas de importância única	Outros Subdesenvolvidos	1.0	
Terras agrícolas de importância estadual	Outros Subdesenvolvidos	2.0	
Nenhuma	Agricultura (Culturas, Pastagens/Feno)	2.5	
Solos agrícolas de primeira qualidade	Outros Subdesenvolvidos	3.0	
Terras agrícolas de importância única	Agricultura (Culturas, Pastagens/Feno)	3.0	
Terras agrícolas de importância estadual	Agricultura (Culturas, Pastagens/Feno)	4.0	
Solos agrícolas de primeira qualidade	Agricultura (Culturas, Pastagens/Feno)	5.0	



Encargos Sociais e Ambientais

- Os critérios de encargos sociais e ambientais serão avaliados examinando a planta do local de uma instalação e sua intersecção com as pontuações estabelecidas para cada grupo de blocos censitários na ferramenta MassEnviroScreen.
- O MassEnviroScreen identifica as comunidades ambientalmente mais vulneráveis ou sobrecarregadas em Massachusetts com base em uma pontuação de impacto cumulativa que incorpora exposição à poluição e critérios adicionais de saúde pública e renda.
- Cada bloco censitário recebe uma pontuação única que corresponde ao percentil em que ele se enquadra em todo o estado em relação à escala relativa de encargos sociais e ambientais que a comunidade enfrenta em comparação a outras comunidades.

MassEnviroScreen Pontuação	Pontuação de Adequação para Encargos Sociais e Ambientais 0.0 = menor impacto 5.0 = maior impacto
Abaixo de 10	0.0
10 – 29.9	1.0
30 – 49.9	2.0
50 - 69.9	3.0
70 – 89.9	4.0
90 e acima	5.0



Modificadores de Pontuação

Critérios de Adequação do Local	Fonte de Dados	Método de Pontuação
Potencial de desenvolvimento	Cartas de prédeterminação obtidas do DOER (somente para coberturas solares, áreas contaminadas, aterros qualificados e terrenos previamente desenvolvidos)	Pontuação total automática de adequação do local de 25 Localizado em espaço aberto protegido subtração de 1 ponto: Localizado em uma área de investimento de Projeto de Investimento de Capital (CIP) 0 pontos para todas as pontuações de Adequação do Local Específicas por Critérios (exceto Resiliência às Mudanças Climáticas): Coberturas solares ou instalações aplicáveis localizadas em terrenos abandonados, aterros qualificados ou terrenos previamente desenvolvidos.
Benefícios sociais e ambientais	Acordos assinados entre o município anfitrião e a Instalação Aplicável	Os projetos podem subtrair um (1) ponto de sua pontuação por fornecer certos benefícios sociais e ambientais até um total de cinco (5) pontos, se acordado pelo município anfitrião.





- O potencial de desenvolvimento será pontuado com base no atendimento, pelo local, aos requisitos de determinados tipos de terrenos altamente adequados ou altamente inadequados.
- Coberturas solares e instalações localizadas em terrenos industriais abandonados, aterros sanitários elegíveis ou terrenos previamente urbanizados terão automaticamente cinco (5) pontos subtraídos de sua Pontuação Total de Adequação do Local.
- Projetos de geração distribuída localizados em áreas de CIP terão automaticamente um (1) ponto subtraído de sua Pontuação Total de Adequação do Local.
- Instalações que se sobreponham a Espaços Abertos Protegidos receberão automaticamente uma Pontuação Total de Adequação do Local de 25.
 - Instalações de transmissão e distribuição que cruzam Espaços Abertos Protegidos podem solicitar uma isenção se puderem demonstrar que não existe outra rota ou local adequado.





Benefícios Sociais E Ambientais

- Uma pontuação de benefícios sociais e ambientais pode ser calculada para refletir quaisquer benefícios sociais e ambientais proporcionados pelo projeto. Os projetos podem ter um (1) ponto subtraído de sua Pontuação Total de Adequação do Local, até um total de cinco (5) pontos, por demonstrar cada um dos seguintes benefícios:
 - Melhora o habitat local:
 - Melhora a qualidade do ar externo deslocando a fonte emissora;
 - Cria oportunidades recreativas expandidas;
 - Financia estações de carregamento de veículos elétricos disponíveis ao público;
 - Aplica créditos da conta de energia solar comunitária às contas de clientes de serviços públicos de energia elétrica ou reduz os custos de energia no município anfitrião;
 - Estabelece servidões culturais, em parceria com comunidades tribais e indígenas;
 - Cria ou mantém empregos locais;
 - Tem um design favorável aos polinizadores; ou
 - Outros benefícios que melhoram a qualidade de vida, conforme priorizado pela comunidade anfitriã.
- As instalações que desejam solicitar um subtrator de pontuação de critérios de benefícios sociais e ambientais devem coordenar-se com o município anfitrião. Se o município anfitrião e a instalação concordarem com um ou mais benefícios, poderão assinar um acordo, que modificará a Pontuação Total de Adequação do Sítio e resultará em condições vinculativas na licença.

Determinação da Pontuação



Estágio inicial de préprotocolo

O solicitante estima sua própria pontuação

O solicitante fornece uma pontuação estimada às partes interessadas durante o processo de pré-protocolo.

Antes de registrar a solicitação de permissão

O solicitante fornece documentação ao Revisor de Pontuação de Adequação do Local, que emite uma determinação de pontuação dentro de 30 dias.

Se a pontuação for contestada

O solicitante ou a parte afetada pode solicitar uma revisão de pontuação junto ao EFSB ou ao DOER, dependendo do tipo de permissão.





- Projetos que necessitem de uma Análise de Impacto Cumulativa não precisarão de uma Avaliação de Adequação do Local.
- O EFSB deve incorporar os elementos dos critérios de adequação do local (por exemplo, sequestro de carbono, habitat, etc.) em suas análises de CIA e de Pontuação de Rota e Sítio, conforme viável.
- Recomenda-se que o EFSB considere a Pontuação Total de Adequação do Sítio em suas decisões, juntamente com outros aspectos do projeto.
- A Pontuação Total de Adequação do Local deve ser considerada no contexto do plano de projeto e das medidas de mitigação planejadas.
- O EFSB deve utilizar as pontuações de adequação específicas dos critérios como um recurso para determinar se medidas de minimização ou mitigação ambiental devem ser necessárias para que um projeto receba uma permissão consolidada.



Recomendações para Uso por Governos Locais

- Recomenda-se que os municípios considerem a Pontuação Total de Adequação do Local e as Pontuações de Adequação Específicas dos Critérios de um projeto ao determinar as condições de licenciamento.
- Locais com uma Pontuação de Adequação Total do Local abaixo de um certo nível devem ser considerados altamente adequados e requerem mitigação mínima ou nenhuma, independentemente das Pontuações de Adequação Específicas dos Critérios.
- Os municípios devem usar as pontuações de adequação específicas dos critérios como um recurso para determinar se medidas de minimização ou mitigação ambiental devem ser necessárias para que um projeto receba uma Permissão Local Consolidada.
- O nível e o tipo de medidas de mitigação necessárias devem ser baseados na pontuação de Adequação do Local Específica aos Critérios. Os requisitos devem ser relevantes para a categoria em que a pontuação foi avaliada.
- A DOER lançou seu <u>Guideline on Minimization and Mitigation Measures</u>
 esta semana para fornecer orientação sobre medidas de minimização e
 mitigação qualificadas para impactos identificados em avaliações de
 adequação do local.

Intervalo de pontuação dos critérios	Adequação (para critérios específicos)	Interpretação (para critérios específicos)
1 ou menos	Altamente adequado, impacto mínimo	Não são necessárias medidas de minimização ou mitigação
1 a 2	Adequado, baixo impacto	Podem ser necessárias medidas modestas de minimização e/ou mitigação
2 a 3	Moderadamente adequado, impactos moderados	Medidas de minimização e/ou mitigação provavelmente necessárias
3 a 4	Não muito adequado, impacto moderado a alto	Medidas significativas de minimização e/ou mitigação provavelmente serão necessárias
4 a 5	Inadequado, alto impacto	Se permitido, geralmente exigirá minimização e/ou mitigação extensa



Mapas de Demonstração



Exemplo de pontuação de projeto: Instalação Solar de Auburn

	Critério	Status do Local do Projeto	Pontuação
	Classificação de exposição mais alta: Baixa exposição para inunda fluviais Armazenamento e sequestro de carbono Biodiversidade Recursos Agrícolas Classificação de exposição mais alta: Baixa exposição para inunda fluviais A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvom potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossiste e arbono A planta se sobrepõe à Paisagem Natural Crítica do BioMar restante à Conectividade Regional do BioMap A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvom potencial agrícola mínimo O grupo de blocos censitários tem uma carga de poluição inferior à média e características populacionais sensíveis, com pontuação MassEnviroScreen = 22,5 Su estante de esenvolvimento de capital, coberturas solares, terrenos contaminados, aterros sanitário qualificados ou terrenos previamente desenvolvidos. Acordo assinado entre o município anfitrião e o requerente concord que o projeto tem um design favorável aos polinizadores	Classificação de exposição mais alta: Baixa exposição para inundações fluviais	2.0
Pontuação de adequação específica para critérios Recursos Agrícolas Encargos sociais e ambientais Resiliência Climática Classificação de exposição mais alta: Baixa exposição para inundaça fluviais Armazenamento e sequestro de carbono A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvio com potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossistem com potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossistem com potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossistem com potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossistem com potencial de principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvio com potencial agrícola mínimo O grupo de blocos censitários tem uma carga de poluição inferior à média e características populacionais sensíveis, com pontuação MassEnviroScreen = 22,5 Sub-Potencial de Espaço aberto não protegido, em área de projeto de investimento de capital, coberturas solares, terrenos contaminados, aterros sanitários		A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvida, com potencial mínimo de armazenamento de carbono no ecossistema	0.3
		3.5	
critérios	Recursos Agrícolas	A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvida, com potencial agrícola mínimo	0.1
	Recursos Agrícolas A planta é principalmente de classe de cobertura de solo desenvolvida, com potencial agrícola mínimo Encargos sociais e ambientais O grupo de blocos censitários tem uma carga de poluição inferior à média e características populacionais sensíveis, com pontuação MassEnviroScreen = 22,5 Sub-Total		1.0
		Sub-Total	6.9
Modificadores de		capital, coberturas solares, terrenos contaminados, aterros sanitários	
pontuação	Benefícios sociais e ambientais	Acordo assinado entre o município anfitrião e o requerente concordando que o projeto tem um design favorável aos polinizadores	-1.0
		Pontuação Total:	5.9 / 25



Comentário do Público

Calendário de Localização e Autorização de Engajamento Público



OUT/NOV 2025

SABADO	SEXTA	QUINTA	QUARTA	TERÇA	SEGUNDA	DOMINGO
4	3	2	1	30	29	28
11	10	9 Sessão informativa DOER (Amherst) Webinar do EEA no local Adequação e orientação do CBA	8 Sessão informativa DOER (Fitchburg)	7 Sessão informativa DOER (Danvers)	6 Sessão informativa DOER (Bourne)	5
18	Prazo final para comentários escritos do DOER	16	15 Sessão informativa DOER (Virtual)	14	13	12
25	Prazo final para comentários escritos do EEA	23	22	21	20	19
1	31	30	29 Audiência Pública EFSB/DPU (Pittsfield)	28	27 Audiência Pública EFSB/DPU (New Bedford)	26
8	7 Prazo final para comentários escritos do EFSB e do DPU	6	5 Audiência Pública EFSB/DPU (Lynn)	4	3 Audiência Pública EFSB/DPU (Boston)	2



Muito Obrigado

- Informações sobre os regulamentos, processos e oportunidades de envolvimento público podem ser encontradas em: www.mass.gov/energypermitting
 - As perguntas podem ser direcionadas para <u>energypermitting@mass.gov</u>